

ACTA N.º 41/2000 – Reunião pública e ordinária do dia 2000.09.04

-----Aos quatro dias do mês de Setembro do ano dois mil, nesta vila de Bombarral e sala de reuniões do edifício dos Paços do Município, realizou-se uma reunião pública e ordinária da Câmara Municipal de Bombarral, com a presença do senhor presidente da Câmara António Carlos Albuquerque Álvaro e dos senhores vereadores João Carlos Barreiras Duarte, João Manuel Carvalho Hipólito, Manuel Quintino Filipe Silva, Luis Alberto Camilo Duarte, Amílcar António Santos e José Vítor Ribeiro Silva. -
-----Secretariaram a reunião a Chefe de Secção Cidália Maria Pancrácio Santos e o Assistente Administrativo Especialista Nuno Fernando Carreira Taborda Ferreira. ---
-----Pelas 16.20 horas, o senhor presidente da Câmara declarou aberta a reunião.-----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

- 1623. RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA:** Do dia 2000.09.04:-----
- | | |
|---|----------------|
| Caixa Geral de Depósitos..... | 46.503.760\$00 |
| Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Bombarral... | 1.335.043\$50 |
| Banco Totta & Açores..... | 801.191\$00 |
| Banco Português do Atlântico..... | 2.300.562\$50 |
| Crédito Predial Português..... | 1.837.261\$00 |
| Banco Comercial Português..... | 1.909.751\$50 |
| Banco Pinto & Sottomayor..... | 722.622\$00 |
| Banco Nacional de Crédito Imobiliário..... | 35.181.899\$00 |
| Depositado em instituições de Crédito..... | 90.506.167\$50 |
| Em cofre..... | |
|Numerário..... | 42.244\$50 |
|Cheques..... | 47.167\$00 |
| Total de disponibilidades..... | 90.595.579\$00 |
| Documentos..... | 3.486.990\$50 |
| Total..... | 94.082.569\$50 |
| Operações Orçamentais..... | 5.487.268\$50 |
| Operações de Tesouraria..... | 85.108.310\$50 |
- 1624. PAGAMENTOS:** Foi tomado conhecimento da relação dos pagamentos efectuados durante o período de 2000.08.28 e 2000.09.01 no montante de 45.436.585\$00.-----
- 1625. ACTA N.º 38/2000:** Depois de lida e introduzidas pequenas correcções, foi deliberado por unanimidade aprovar a acta número 40/2000 da reunião ordinária de 28.08.2000.-----
- DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:**-----
- 1626. AVENIDA LUIS HENRIQUES:** Informou o executivo de que a semana passada se iniciaram os trabalhos da primeira fase da Avenida Luis Henriques. Mais informou que tendo em conta alguma economia no projecto (trabalhos a menos) vai procurar encontrar uma solução para fazer a extensão do saneamento até à Rua da Misericórdia com ligação ao saneamento previsto no projecto da avenida.-----
- 1627. OBRAS:** Informou o executivo que procurou contactar o empreiteiro responsável pelos depósitos de reforço de água, tendo-lhe sido dito que a obra se iniciará em Setembro.

ACTA N.º 41/2000 – Reunião pública e ordinária do dia 2000.09.04

Contactou igualmente o empreiteiro responsável pelos esgotos das Gamelas, mas não obteve informação sobre o início próximo das obras.-----

- 1628. COMÉRCIO:** Informou o executivo sobre a realização de uma reunião com representantes da Direcção Regional do Comércio e da Associação Comercial do Concelho de Bombarral, para analisar o projecto de urbanismo comercial, tendo sido efectuada visita a alguns troços não aceites no projecto.-----

- 1629. MATA MUNICIPAL:** Informou o executivo que a semana passada foi assaltado o pombal da mata municipal tendo sido roubadas várias dezenas de garrafas e ferramentas dos electricistas.-----

DO SENHOR VEREADOR LUIS DUARTE:-----

- 1630. SPORT CLUBE ESCOLAR BOMBARRALENSE – CAMPO RELVADO:** Informou o executivo que hoje de manhã teve uma reunião com a direcção do Sport Clube Escolar Bombarralense, onde a mesma mais uma vez transmitiu a sua preocupação à Câmara Municipal pelo facto de, caso permaneça na III Divisão Nacional, no próximo ano necessitará de um campo relvado. Foram abordados um conjunto de situações e equacionado um conjunto de soluções, ficando a mesma direcção de vir a uma próxima reunião privada para em conjunto com o executivo analisar esta problemática. Acha que o espaço actualmente previsto em P.D.M. não corresponde ao que são os requisitos do desenvolvimento desportivo. A Câmara Municipal tem de encontrar um espaço que dê garantias. Outro problema é que dentro de 11 meses tem de haver um espaço relvado no concelho. -----

- 1631. RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS E LAVAGEM E DESINFECÇÃO DE CONTENTORES:** Informou o executivo que se encontra elaborado o caderno de encargos que está neste momento a ser analisado por um técnico da área, esperando trazê-lo o mais rapidamente à Câmara Municipal para analisar a abertura de concurso. -----

- 1632. JARDINS MUNICIPAIS:** Espera trazer na próxima segunda feira uma proposta para se avançar com a contratação de prestação de serviços para tratamento dos jardins municipais na medida em que os meios humanos e técnicos de que a Câmara Municipal dispõe não garante a manutenção dos actuais jardins. -----

DO SENHOR VEREADOR MANUEL QUINTINO:-----

- 1633. AVENIDA LUIS HENRIQUES:** “Gostava de ser informado se aquando da proposta do senhor presidente da Câmara existiam condições para abertura do concurso, e no caso de não existirem na altura, a partir de quando é que as mesmas existiram.” -----

- 1634. LOTEAMENTO:** “A semana passada levantei o problema de publicidade de venda de lotes num loteamento no Sobral do Parelhão não aprovado e ainda não obtive resposta. Esta situação pode existir?” -----

-----O senhor Chefe da D.T.O.U. respondeu que sem alvará de loteamento tal não é permitido.-----

- 1635. ESCOLA PRIMÁRIA:** “Fui informado que as aulas na escola primária se iriam iniciar mais tarde porque a Câmara Municipal não acabou o muro de vedação.” -----

-----O senhor vereador Luis Duarte respondeu ter tido hoje uma reunião com a directora da escola e a presidente da Associação de Pais, garantindo que até final de Setembro a vedação estará concluída.-----

- 1636. TRIBUNA OESTE:** “Tinha pedido cópia de factura do jornal Tribuna Oeste que ainda não me chegou.” -----

ACTA N.º 41/2000 – Reunião pública e ordinária do dia 2000.09.04

1637. **III QUADRO COMUNITÁRIO DE APOIO:** “Tinha pedido cópia da lista de participações do III Quadro Comunitário de Apoio que ainda não me chegou.” -----
1638. **ACTA N.º 39/2000:** Em virtude da polémica havida em relação á acta da reunião de 14.08.2000 e dado existirem duas versões, a do senhor presidente da Câmara e a dos serviços municipais, questionou o senhor vereador Luis Duarte sobre a sua presença na referida reunião.-----
-----O senhor vereador Luis Duarte respondeu que apesar de se encontrar adoentado compareceu na Câmara Municipal pelas 15.30 horas dado saber que havia assuntos importantes em ordem de trabalhos e, havendo a informação do Chefe da Divisão Administrativa e Financeira de que não iria haver quórum, ausentou-se pelas 16.00 horas.-----
-----O senhor vereador Manuel Quintino considerou que a versão do senhor vereador Luis Duarte coincide com a dos serviços municipais, pelo que é necessário alterar a acta n.º 39/2000. -----
1639. **FISCALIZAÇÃO:** “Ao procurar um assunto em actas de alguns meses atrás deparei com este facto curioso: na página 9 da acta 25/2000 e sob o n.º 857, consta: «FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL: Foi tomado conhecimento do relatório da actividade da fiscalização municipal nos meses de Janeiro a Abril de 2000». No sentido de melhor esclarecer este conteúdo, de que certamente não me apercebi aquando da aprovação da referida acta, não vá alguém pensar que, afinal, a fiscalização existe mesmo, está actuante e até faz e apresenta relatórios, nada melhor do que aqui os transcrever:-----
a) Janeiro, Fevereiro e Março: -----
1. Apoio à execução do trabalho sobre o P.D.M. “alteração de âmbito limitado”; -----
2. Atendimento ao público sobre questões do P.D.M.; -----
3. Informação dos pedidos de licenciamento de obras particulares; -----
4. Verificar reclamações apresentadas; -----
5. Dar alinhamentos para construções de muros e outras construções, confinantes com a via pública; -----
b) Abril; -----
1. Apoio à execução do trabalho sobre o P.D.M. “marcação dos aglomerados urbanos na escala 1/10000”; -----
2, 3, 4 e 5 – iguais aos meses anteriores; -----
-----Não estando em causa, obviamente, o desempenho dos funcionários afectos à fiscalização mas, tão só e eventualmente, quem lhes distribuiu as funções, deixo as seguintes perguntas ao senhor Chefe da D.T.O.U., segundo creio responsável directo pela fiscalização:-----
1. São estas as questões mais importantes que a fiscalização tem para resolver? ----
2. O conteúdo funcional da actividade dos fiscais municipais esgota-se aqui? -----
3. Ou, pelo contrário, a sua actividade deve ser orientada para um acompanhamento real e presencial à actividade das obras particulares no concelho? -----
4. No caso de resposta afirmativa em 3, porque não actuam os fiscais municipais?---
5. A normal actividade dos fiscais municipais está a ser cerceada por alguém?” -----
DO SENHOR VEREADOR AMILCAR SANTOS:-----
1640. **AVENIDA LUIS HENRIQUES:** “Há pouco o senhor presidente nas suas informações

ACTA N.º 41/2000 – Reunião pública e ordinária do dia 2000.09.04

referiu-se à empreitada da Av. Luis Henriques e por aquilo que ouvi fiquei com a percepção de que os alertas que foram dados de nada serviram. Espero que esta empreitada, com o projecto deficiente no estado em que se encontra e foi colocado a concurso por si, não venha a ser mais um buraco em termos de trabalhos a mais. Pergunto ao senhor presidente se tem ou não consciência disso tendo em atenção o plano de pormenor da zona Noroeste da vila?” -----

-----O senhor presidente da Câmara respondeu que “das reuniões que houve com alguns responsáveis do projecto, tudo está a ser feito para que não haja trabalhos a mais. Inclusive a obra está a ser acompanhada por técnicos do G.A.T.. De tal forma que pelo conteúdo das reuniões havidas não é suposto virem a ser executados trabalhos a mais, pelo contrário, prevê-se que devido a alterações ocorridas possa haver alguma compatibilização em obra. Como disse há pouco, está-se a procurar que uma vez que naquele arruamento foram oportunamente executados um troço de esgotos para encaminhamento dos esgotos domésticos do pavilhão, que as economias permitam a realização de um troço de saneamento até à Rua da Misericórdia.” -----

-----O senhor vereador Amilcar Santos respondeu que “fiquei surpreendido e penso que não existe nenhuma deliberação da Câmara Municipal para técnicos do G.A.T. acompanharem as obras da autarquia, nomeadamente esta a que o senhor presidente se referiu a não ser para colmatar aquilo que o projecto evidencia.” -----

-----O senhor presidente da Câmara respondeu que “senhor vereador este técnico do G.A.T. foi acompanhar a implantação da conduta da água.” -----

1641. TRIBUNAL: “Pergunto pelas plantas para definição da localização do futuro e definitivo palácio da justiça. Há 4 meses foi esta autarquia advertida pelo Ministério da Justiça no atraso da indicação da localização para a futura obra.”-----

-----O senhor presidente da Câmara respondeu que não pôde trazer a referida informação porque um dos senhores arquitectos se encontra de férias. -----

1642. E.T.A. DO PÓ: “Qual o ponto da situação relativamente ao processo da empreitada da E.T.A. do Pó. Na última reunião o presidente da Câmara não respondeu remetendo a resposta para hoje. Aguardo o esclarecimento sobre aquele processo. De contrário posso ser levado a concluir que poderá existir medidas de favorecimento aquela empresa.”-----

-----O senhor presidente da Câmara respondeu que “das várias posições tomadas pela Câmara Municipal quanto ao equipamento do novo furo, foram feitas as diligências. No que toca ao pedido de propostas os serviços têm procurado desenvolver o processo dentro do âmbito das decisões da Câmara Municipal. Eu fiz diligências no sentido de fazer ciente a empresa o grau de respeito pelo que se encontra estabelecido.” -----

1643. CONCURSOS: “Gostava de saber quais os passos já dados pelos serviços municipais no sentido de lançar os concursos limitados do centro empresarial do Bombarral, da área de actividades económicas do Falcão e parque de estacionamento da Rua Veríssimo Duarte.”-----

-----O senhor presidente da Câmara respondeu que “relativamente ao centro empresarial informei oportunamente acerca do procedimento pelo que nos termos do que foi deliberado pela Câmara deu-se o respectivo seguimento. No que toca ao

ACTA N.º 41/2000 – Reunião pública e ordinária do dia 2000.09.04

Falcão e tal como também informei, para aproveitamento o mais possível do espaço mais plano, foram feitas diligências para obter a correcção da estrada de acesso à zona industrial que está a ser levada a cabo pelo G.A.T..”-----

- 1644. RESPOSTAS A PEDIDOS DE INFORMAÇÃO:** O senhor presidente da Câmara lateraliza as respostas relativamente à questão da E.T.A. do Pó porque não deu uma única resposta sobre aquilo que já devia ter diligenciado nos termos da lei e que se refere a prazos jurídico contratuais da empreitada. Logo permite por sua autorização que a ilegalidade daquela empreitada estar a lesar os cofres do município porque nos termos da lei há muito tempo a esta parte que o senhor presidente já devia ter actuado ou mandado actuar e é precisamente por o saber e não ter vontade de o fazer que eu disse e fica devidamente registado, que a forma como este processo está a ser conduzido se ajusta a poder-se considerar favorecimento. Quanto á questão dos concursos, foram deliberações da Câmara Municipal que nos termos da lei são para ser cumpridas e que pelos vistos da parte do senhor presidente da Câmara assim não entende e mais uma vez como tem feito ao longo do mandato tenta limitar o desenvolvimento do concelho pelo simples facto destes projectos não serem da sua iniciativa.”-----

-----O senhor presidente da Câmara respondeu que “relativamente a estes comentários não vou tecer qualquer tipo de alusão, apenas referirei que ao longo do mandato que iniciámos em 1998 tomamos as posições que são públicas, daí que se algum favorecimento houve, porque estou convencido que essas questões hão-de ser dirimidas oportunamente, será classificado por quem de direito pelo que me escuso de fazer qualquer comentário porque como outrora classifiquei e está escrito favorecimento podemos e devemos classificar decisões que consubstanciam decisões.”-----

DO SENHOR VEREADOR JOÃO HIPÓLITO:-----

- 1645. SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL:** Solicitou cópia da estrutura do serviço municipal de protecção civil e informação sobre os ocupantes dos lugares. ----

- 1646. I.G.A.T.:** Solicitou cópia do último relatório elaborado pela I.G.A.T.. -----

- 1647. E.T.A. DO PÓ:** Solicitou informação sucinta sobre a situação da E.T.A. do Pó. -----

- 1648. PLANO DIRECTOR MUNICIPAL:** Solicitou informação sucinta sobre os últimos passos dados sobre o P.D.M..-----

- 1649. ÁGUAS DO OESTE:** “Tomei conhecimento que as Câmaras Municipais da Lourinhã e Bombarral não concordam com a forma e as condições da Câmara Municipal das Caldas da Rainha para aderir a esta empresa. Queria saber o que se passa.”-----

-----O senhor presidente da Câmara prestou seguidamente alguns esclarecimentos sobre a matéria e que vem referindo desde que o assunto se discutiu nas reuniões da A.M.O. e que em termos centrais tem a ver com a necessidade que a Câmara Municipal de Caldas da Rainha coloca em continuar a ser detentora da E.T.A.R. de Caldas da Rainha a qual está neste momento a sofrer remodelações e onde estão a ser efectuados os respectivos investimentos. -----

DO SENHOR VEREADOR JOSÉ VÍTOR SILVA:-----

- 1650. NOTÍCIAS DO BOMBARRAL:** “Declarações do senhor presidente da Câmara ao jornal Notícias do Bombarral relativamente ao ofício da firma António Rabaça Martins, nas quais envolve o meu nome. A referida carta veio junto à ordem de trabalhos para

ACTA N.º 41/2000 – Reunião pública e ordinária do dia 2000.09.04

tomarmos conhecimento, tendo na altura questionado o senhor presidente da Câmara sobre qual o interesse da mesma. Vou responder ao jornal porque a notícia induz os munícipes em erro. Questiono o senhor presidente da Câmara sobre se aquando da chagada daquela carta já tinha ou não dado autorização para desmatção do terreno e se essa autorização envolve a deslocação de terras. Não foi a Câmara Municipal quem deu a autorização mas sim o presidente da Câmara porque é uma matéria da sua exclusiva responsabilidade.” -----

-----O senhor presidente da Câmara respondeu que “fui abordado pelo jornalista João Paulo Basto, dizendo que queria obter a minha declaração sobre a matéria em causa. Dizendo-lhe que o empresário João Adelino lhe havia dito que um senhor vereador o havia informado que o presidente não tinha distribuído o ofício ao executivo. Exibi os elementos comprovativos da distribuição do ofício mas o jornalista não pôs as palavras totais do empresário porque omitiu o nome do vereador que havia dado a informação. A carta é de 10 de Julho e o pedido de desmatção é posterior. A autorização dada é pura e simplesmente para a limpeza do terreno.” -----

-----O senhor vereador Manuel Quintino questionou se a movimentação de terras e colocação de manilhas documentadas na primeira página do jornal Notícias do Bombarral estão cobertas pela licença de desmatção. No caso de não estarem quais as providências tomadas.-----

- 1651. PUBLICIDADE A LOTEAMENTO NO SOBRAL DO PARELHÃO:** “Apelo a que no caso da publicidade a loteamento no Sobral do Parelhão a legalidade seja reposta.” --
- 1652. KARTÓDROMO:** “O kartódromo está a funcionar sem que a Câmara Municipal tenha tido qualquer conhecimento. Gostava que os serviços me comunicassem se o kartódromo já pode estar em funcionamento.” -----
- 1653. ESGOTOS DO CASALINHO:** “Há vários meses pedi ao Chefe da D.T.O.U. uma descrição da situação da obra dos esgotos do Casalinho, que ao que sei está parada pelo que a Câmara Municipal já devia ter tomado a sua posse administrativa.” -----
- 1654. ALINHAMENTO NO CARVALHAL:** “Quería perguntar ao senhor presidente da Câmara se mandou a fiscalização verificar o alinhamento de obra no Carvalhal.” -----
- 1655. FESTIVAL DO VINHO:** “O senhor vereador João Carlos Duarte ainda não forneceu a informação solicitada há duas reuniões sobre o Festival do Vinho Português.”-----
- 1656. PROJECTO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO DA FREGUESIA DE CARVALHAL:** “Congratulo-me pela aprovação pelo Ministério da Solidariedade do projecto em epígrafe. Mais uma vez se demonstra que existe vontade política do governo central em aprovar projectos em várias áreas do concelho de Bombarral.” ----
- DO SENHOR VEREADOR JOÃO CARLOS DUARTE:**-----
- 1657. XVII FESTIVAL DO VINHO PORTUGUÊS:** “Brevemente irei fazer declarações sobre o XVII Festival do Vinho Português com um balanço exaustivo como tem vindo a ser feito. De salientar que a única pessoa que presta apoio ao Festival do Vinho esteve de férias e a dar apoio à secção de contabilidade. Nesse balanço irei abordar todas as questões colocadas até hoje sobre o XVII Festival do Vinho Português que foi o melhor até hoje realizado.” -----
- 1658. FEIRA DE SÃO BERNARDO:** “A convite da Câmara Municipal de Alcobaça estive a semana passada na Feira de São Bernardo.” -----

ACTA N.º 41/2000 – Reunião pública e ordinária do dia 2000.09.04

ORDEM DO DIA

- 1660. OBRAS PARTICULARES:-----**
- 1660.01 ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO – PROJECTO DE ARQUITECTURA:** Apreciado o processo n.º 141/2000/01, iniciado a requerimento apresentado pelo senhor Mário Wilson da Silva Ferreira, datado de 2000.07.17, foi deliberado por unanimidade aprovar o projecto de arquitectura para alteração e ampliação de habitação sita no lugar de Azambujeira dos Carros, freguesia de Roliça. -----
- 1660.02 CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – PROJECTO DE ARQUITECTURA – DESTAQUE:** Apreciado o processo n.º 144/2000/01, iniciado a requerimento apresentado pelo senhor Orlando José Caetano Felício e outros, datado de 2000.07.24, foi deliberado por unanimidade aprovar o projecto de arquitectura para construção de habitação sita no lugar e freguesia de Roliça em parcela de terreno com a área de 1.393 m² a destacar do seu prédio rústico descrito na Conservatória do Registo Predial com o n.º 04483 – Roliça, e inscrito na matriz predial sob o artigo 119, secção M, que fica a confrontar do Norte com estrada, do Sul com Orlando José Caetano Felício e outros, do Nascente com Luis Alberto Nicolau da Silva e do Poente com Orlando José Caetano Felício e outros, uma vez que reúne as condições estabelecidas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-lei n.º 448/91, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 334/95 e dado que desse destaque resultam apenas duas parcelas ambas confinantes com arruamentos públicos. -----
- 1660.03 CONSTRUÇÃO DE MORADIA – PROJECTO DE ARQUITECTURA:** Apreciado o processo n.º 120/2000/01, iniciado a requerimento apresentado pelo sr. João Manuel Falcão Navarro, datado de 2000.07.19, foi deliberado por unanimidade aprovar o projecto de arquitectura para construção de moradia unifamiliar sita no lote 25, Várzea Pedra, Cintrão, condicionado ao cumprimento do parecer constante da folha 46 do processo. -----
- 1660.04 CONSTRUÇÃO DE MORADIA – PROJECTO DE ARQUITECTURA:** Apreciado o processo n.º 116/2000/01, iniciado a requerimento apresentado pela firma Orlando & Amilcar, Lda, datado de 2000.07.17, foi deliberado por unanimidade aprovar o projecto de arquitectura para construção de moradia unifamiliar sita no lote 13, Várzea Pedra, Cintrão, condicionado ao cumprimento do parecer constante da folha 55 do processo.
- 1660.05 CONSTRUÇÃO DE MORADIA – PROJECTO DE ARQUITECTURA:** Apreciado o processo n.º 147/2000/01, iniciado a requerimento apresentado pelo sr. Luis Manuel L. Nobre, datado de 00.07.27, foi deliberado por unanimidade aprovar o projecto de arquitectura para construção de moradia unifamiliar sita no lt. 37 da Urb. da Qt.ª St. António, Bombarral, condicionado ao cumprimento do parecer da folha 25 do processo. -----
- 1660.06 CONSTRUÇÃO DE ANEXO DESTINADO A COZINHA DE FORNO E TELHEIRO – PROJECTO DE ARQUITECTURA:** Apreciado o processo n.º 146/2000/01, iniciado a requerimento apresentado pelo senhor Horácio Martins, datado de 2000.07.26, foi deliberado por unanimidade aprovar o projecto de arquitectura para construção de anexo destinado a cozinha de forno e telheiro sito no lugar e freguesia de Roliça. -----
- 1660.07 CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO MULTIFAMILIAR E COMÉRCIO – PROJECTO DE ARQUITECTURA:** Apreciado o processo n.º 130/2000/01, iniciado a requerimento apresentado pela firma Viver & Lazer, Construções, Lda, foi deliberado

ACTA N.º 41/2000 – Reunião pública e ordinária do dia 2000.09.04

por unanimidade aprovar o projecto de arquitectura para construção de edifício destinado a habitação multifamiliar e comércio, sito na Rua Camilo José Soares, Bombarral, condicionado ao cumprimento do parecer constante da folha 38 do processo. -----

- 1660.08 AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO – LICENÇA DE CONSTRUÇÃO:** Apreciado o processo n.º 09/2000/01, iniciado a requerimento apresentado pelo senhor José Manuel Serôdio, datado de 2000.08.08, a solicitar licença para ampliação de habitação sita no lugar da Delgada, freguesia de Roliça e verificando-se que apresentou os necessários projectos de especialidades, foi deliberado por unanimidade deferir o licenciamento pelo prazo de 12 meses. -----
- 1660.09 CONSTRUÇÃO DE MORADIA BIFAMILIAR – LICENÇA DE CONSTRUÇÃO:** Apreciado o processo n.º 63/2000/01, iniciado a requerimento apresentado pelo senhor Manuel Pinheiro dos Santos, datado de 2000.07.17, a solicitar licença para construção de moradia bifamiliar sita no lote 20 da Várzea da Pedra, lugar do Cintrão, freguesia de Bombarral e verificando-se que apresentou os necessários projectos de especialidades, foi deliberado por unanimidade deferir o licenciamento pelo prazo de 18 meses. -----
- 1660.10 CONSTRUÇÃO DE MORADIA – LICENÇA DE CONSTRUÇÃO:** Apreciado o processo n.º 114/2000/01, iniciado a requerimento apresentado pelo senhor António M. Costa Timóteo e outra, datado de 2000.08.21, a solicitar licença para construção de moradia unifamiliar sita no lugar de A-dos-Ruivos, freguesia de Carvalhal e verificando-se que apresentou os necessários projectos de especialidades, foi deliberado por unanimidade deferir o licenciamento pelo prazo de 12 meses. -----
- 1660.11 CONSTRUÇÃO DE MORADIA – LICENÇA DE CONSTRUÇÃO:** Apreciado o processo n.º 88/99/01, iniciado a requerimento apresentado pelos senhores Sofia Maria S. Rodrigues e Marco Paulo Iria da Costa Mineiro, datado de 2000.08.18, a solicitarem licença para construção de moradia unifamiliar sita no lugar de São Mamede, freguesia de Roliça e verificando-se que apresentou os necessários projectos de especialidades, foi deliberado por unanimidade deferir o licenciamento pelo prazo de 24 meses. -----
- 1660.12 CONSTRUÇÃO DE MORADIA – LICENÇA DE CONSTRUÇÃO:** Presente o processo n.º 135/2000/01, iniciado a requerimento apresentado pelo senhor António Rodrigues Gomes, datado de 2000.07.03, a solicitar licença para construção de moradia unifamiliar sita no lugar do Barrocalvo, freguesia de Carvalhal foi adiada a sua apreciação para a próxima reunião. -----
- 1660.13 CONSTRUÇÃO DE MURO – PROJECTO DE ARQUITECTURA E LICENÇA DE CONSTRUÇÃO:** Apreciado o processo n.º 153/2000/01, iniciado a requerimento apresentado pelo senhor Helder Manuel Jorge Ribeiro, datado de 2000.08.07, foi deliberado por unanimidade aprovar o projecto de arquitectura e licença para construção de muro no lugar da Delgada, freguesia de Roliça, pelo prazo de 2 meses, condicionado ao cumprimento do parecer constante da folha 27 do processo. -----
- 1660.14 CONSTRUÇÃO DE MORADIA E MURO – PROJECTO DE ARQUITECTURA:** Apreciado o processo n.º 150/2000/01, iniciado a requerimento apresentado pela senhora D. Cristina Maria Luis dos Santos Carreira, datado de 2000.08.02, foi deliberado por unanimidade aprovar o projecto de arquitectura para construção de

ACTA N.º 41/2000 – Reunião pública e ordinária do dia 2000.09.04

moradia unifamiliar e muro sitos no lugar do Sobral do Parelhão, freguesia de Carvalhal.-----

1660.15 ALTERAÇÃO DE HABITAÇÃO – PROJECTO DE ARQUITECTURA: Apreciado o processo n.º 208/99/01, iniciado a requerimento apresentado pelo senhor José Júlio de Amorim, foi deliberado por unanimidade aprovar o projecto de arquitectura para construção de habitação sita na Rua Mártires da Pátria, Cintrão, Bombarral.-----

1660.16 APROVAÇÃO EM MINUTA: As deliberações respeitantes a obras particulares foram aprovadas em minuta para produzirem efeitos imediatos.-----

1661. VII FESTIVAL DE MUSICA DO CONCELHO DE BOMBARRAL: Foi deliberado por unanimidade aprovar o seguinte programa do VII Festival de Música do Concelho de Bombarral, e autorizar a realização das respectivas despesas: -----

- 1 a 29 de Outubro de 2000 - Exposição Temporária - Bach – 250 Anos – Um Convite à Música; -----
- 5/10/2000 - **MAESTRO VITORINO DE ALMEIDA – EVENTARTE** - a pagar - 450.000\$ (quatrocentos e cinquenta mil escudos) mais !7% I.V.A.; -----
- 8/10/2000 - **ENCONTRO DE BANDAS** - Organização conjunta com Circulo Cultura Musical Bombarralense; -----
- 12/10/2000 - Quarteto de Cordas - **FILARMONIA DAS BEIRAS** - a pagar à Associação Musical das Beiras - 300.000\$00 (trezentos mil escudos); -----
- 15/10/2000 - **CORO IN VITA MUSICA**; -----
- 19/10/2000 - **ENSEMBLE CLARINETE MODUS** - MANUEL JERÓNIMO - a pagar - 80.000\$00 (oitenta mil escudos) a Manuel Jerónimo, 80.000\$00 (oitenta mil escudos) a Sérgio Oliveira, 80.000\$00 (oitenta mil escudos) a Nelson Caetano, 80.000\$00 (oitenta mil escudos) a Filipe Dias (sem I.V.A. e com retenção de 20% de I.R.S. na fonte); -----
- 22/10/2000 - **DECTETO PORTUGUÊS DE METAIS** - a pagar 400.000\$ a Alexandre Vilela (quatrocentos mil escudos);-----
- 26/10/2000 - **DUO CANTABILE** - a pagar 80.000\$00 (oitenta mil escudos) a Fernando Alberto Gomes Nunes Guiomar e 80.000\$00 (oitenta mil escudos) a Maria Fernanda Alves Marques; -----
- 29/10/2000 - **CORO DO TEATRO NACIONAL S. CARLOS.**» -----

-----PATROCINIOS: IMPULSIMO – 600.000\$00; B.N.C.I. – 300.000\$00; ZURICH – 100.000\$00; RESIOESTE – 400.000\$00; VIRGILIO CUNHA, LDA – 200.000\$00; TMN – 292-500\$00; VIAPETRO – 100.000\$00; CABOVISÃO – 200.000\$00.-----

1662. CEMITÉRIO DA ROLIÇA: Foi deliberado por unanimidade atribuir à Junta de Freguesia de Roliça um subsídio no montante de 2.800.000\$00 (dois milhões e oitocentos mil escudos para comparticipar as despesas com as obras no cemitério da Roliça. -----

-----**DECLARAÇÃO DE IMPEDIMENTO:** Antes da discussão e votação deste assunto, o senhor vereador Amílcar Santos, comunicou ao senhor presidente da Câmara, nos termos do artigo 45.º do Código do Procedimento Administrativo, encontrar-se impedido de intervir na discussão e votação deste assunto, por força da alínea b) do artigo 44.º do referido Código, atendendo ao facto ser casado com a senhora presidente da Junta de Freguesia de Roliça, pelo que o senhor presidente da Câmara declarou interdita a sua intervenção neste acto.-----

ACTA N.º 41/2000 – Reunião pública e ordinária do dia 2000.09.04

-----Nos termos do n.º 3 do artigo 24.º do Código do Procedimento Administrativo, o senhor vereador Amilcar Santos, retirou-se da reunião, regressando após a discussão e votação deste assunto. -----

- 1663. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL:** Foi deliberado por maioria com os votos favoráveis do senhor presidente da Câmara e dos senhores vereadores João Carlos Duarte e Luis Duarte, a abstenção dos senhores vereadores João Hipólito e Manuel Quintino e o voto contra dos senhores vereadores José Vítor Silva e Amilcar Santos aprovar a 4.ª alteração orçamental com reforço de 18.150 contos em rubricas de despesas correntes e de 6.000 contos em rubricas de despesas de capital e a dedução de 18.150 contos em rubricas de despesas correntes e de 6.000 contos em rubricas de despesas de capital. -----

-----Foi deliberado por maioria com os votos contra do senhores vereadores José Vítor Silva e Amilcar Santos e o voto favorável dos restantes membros do executivo aprovar esta alteração orçamental em minuta. -----

- 1664. DERRAMA:** Presente a seguinte proposta do senhor presidente da Câmara: «O artigo 18.º da Lei n.º 42/98 prevê que as Câmaras Municipais possam lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 10% sobre a colecta do imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (I.R.C.) que proporcionalmente corresponda ao rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos que exerçam, a título principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola. Nos termos do n.º 2 do artigo 18.º do citado normativo legal a derrama pode ser lançada para reforçar a capacidade financeira ou no âmbito da celebração de contratos de equilíbrio financeiro. Tendo em conta a necessidade de aproveitamento de todas as fontes de receita com vista à concretização do Plano de Actividades respectivo e realização dos objectivos e prioridades, previstos, proponho que a Câmara Municipal de Bombarral em sua reunião de 14.08.2000, delibere nos termos do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 42/98, de 06 de Agosto, solicitar à Assembleia Municipal a aprovação do lançamento de uma derrama de 10% sobre a colecta do imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (I.R.C.) que se destinará a reforçar a capacidade financeira do município.» -

-----O senhor vereador José Vítor Silva propôs que a receita fique afectada exclusivamente ao financiamento do desenvolvimento da área de actividades económicas (centro empresarial). -----

-----Foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta supra transcrita. Com o aditamento proposto pelo senhor vereador José Vítor Silva. -----

- 1665. CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA:** Presente a seguinte proposta do senhor presidente da Câmara: «Nos termos do n.º 1 do artigo 17.º do Código da Contribuição Autárquica, aprovado pelo Decreto-lei n.º 442-C/88, de 30 de Novembro, cabe ao município definir anualmente a taxa aplicável relativamente aos prédios urbanos, dentro dos limites de 0,7 % a 1,3% (artigo 16.º n.º 1 alínea b) da Lei n.º 52-C/96). Nos termos da parte final do referido n.º 1 do artigo 17.º do Código da Contribuição Autárquica, a deliberação da Assembleia Municipal deve ser comunicada à Direcção Geral das Contribuições e Impostos até 31 de Dezembro do ano a que respeita a contribuição ou, na sua falta, a contribuição será liquidada por aplicação da taxa mínima. Neste termos, proponho que a Câmara Municipal de Bombarral, em sua reunião de 14.08.2000, delibere apresentar

ACTA N.º 41/2000 – Reunião pública e ordinária do dia 2000.09.04

há aprovação da Assembleia Municipal a fixação da taxa de 1,2% para a liquidação da Contribuição Autárquica do corrente ano relativa aos prédios urbanos.»-----

-----O senhor vereador Amilcar Santos propôs a fixação de uma taxa de 1,0%.-----

-----O senhor vereador José Vítor Silva propôs a fixação de uma taxa de 1,1%.-----

-----Votaram a favor da proposta do senhor vereador José Vítor Silva, o proponente, o senhor presidente da Câmara e os senhores vereadores João Carlos Duarte e Luis Duarte, votaram contra os senhores vereadores João Hipóito, Manuel Quintino e Amilcar Santos.-----

-----**DECLARAÇÃO DE VOTO:** O senhor vereador Amilcar Santos declarou que “votei contra porque ao longo destes dois anos e meio verifiquei que da parte do senhor presidente da Câmara a sua forma de gerir esta casa se tem pautado pelo despesismo em diversas áreas que ao longo deste tempo têm vindo a ser tornadas públicas na comunicação social local e que por agora não vale a pena mencionar. É injusto que se penalize aqueles que em mais este ano se viram privados do normal e regular abastecimento de água. Porventura muitos não saberão que a regularidade que foi possível no abastecimento acarretou enormíssimos encargos financeiros para a Câmara Municipal diariamente, para não dizer 24 horas consecutivas, de um camion, um motorista e um ajudante, isto até à data porque assim vai continuar. Quando se lhe pergunta se a E.T.A. do Pó já se encontra concluída, ou diverge da pergunta ou remete a resposta para a próxima reunião invocando as minhas responsabilidades como autarca simplesmente pelo facto de não lhe dar cobertura política a mais estas ilegalidades, porém aquela obra já devia estar concluída em Fevereiro deste ano, o que faria economizar uns milhares de contos à Câmara Municipal. Muito sinceramente não me sinto à vontade nem motivado para penalizar os bombarralenses através de uma contribuição autárquica superior a 1%.”-----

-----**DECLARAÇÃO DE VOTO:** O senhor vereador Manuel Quintino declarou que: “além de subscrever a declaração do vereador Amilcar Santos, quero dizer que não posso conscientemente estar a penalizar os que trabalham e cumprem as suas obrigações quando o presidente da Câmara sistematicamente absolve os que infringem, deixa-os fazer obras clandestinamente e sem qualquer penalização, perdendo-se aí receitas elevadíssimas para o município. Refiro igualmente a situação dos trabalhos a meias e o descontrolo das empreitadas.”-----

- 1666. CONSULTA PARA CONTRACÇÃO DE EMPRÉSTIMO:** Presente a seguinte proposta do senhor presidente da Câmara: «No ponto IV do Plano de Actividades aprovado para o corrente ano prevê-se que a autarquia possa recorrer a um empréstimo para financiar os investimentos ali descritos, nomeadamente o Parque de Campismo e Miradouro do Picoto; Estação de Tratamento de Água; obras de adaptação do edifício dos Paços do Município e aquisição dos equipamentos previstos no âmbito do projecto de modernização administrativa e os investimentos cobertos pelo III Quadro Comunitário de Apoio, designadamente: Infra-estruturas da Área de Actividades Económicas (Pólo II); Variante à Zona Desportiva; Rede de esgotos das Gamelas e Delgada; Reforço do abastecimento de água à vila do Bombarral, construção dos novos reservatórios e reformulação da rede; Construção de escolas pré-primárias para substituição das actuais instalações. Considerando que das obras previstas em Plano

ACTA N.º 41/2000 – Reunião pública e ordinária do dia 2000.09.04

de Actividades, nomeadamente as apoiadas pelo III Quadro Comunitário de Apoio encontram-se adjudicadas a rede de esgotos das Gamelas e os novos depósitos dos Baraçais, e a Variante à zona desportiva em cuja artéria estão em construção o lar da terceira idade e o novo centro de saúde, cujas obras estarão prontas até ao fim do ano sendo da nossa responsabilidade não só o arruamento como todas as infra-estruturas (luz, água e esgotos). Porque foi já comunicada a previsão da despesa para o ano de 2000 (conforme ofício n.º 201/O.M. de 13 de Julho, p.p., em anexo (doc. 1). Considerando ainda que a situação financeira da Câmara, conforme nota anexa (doc. 2) demonstra que o endividamento em 31 de Julho era de cerca de 937.304 contos, e que as despesas de capital se elevavam a 318.150 contos enquanto que a receita foi de 201.182 contos, o que demonstra a correcção da gestão, pois estávamos a aplicar em despesas de capital (investimento) receitas correntes. Proponho: Que a Câmara Municipal inicie o processo de consultas às instituições bancárias para apresentação de propostas para que, nos termos do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, a C.M.B. proponha à Assembleia Municipal a autorização para a contratação do empréstimo de médio / longo prazo no montante de 145.000 contos.»-

-----O senhor presidente adiou a apreciação deste assunto para uma próxima reunião.-----

1667. CENTRO DE ESTUDOS E FORMAÇÃO AUTÁRQUICA: -----

1667.01 DINA PAULA GONÇALVES SILVA: Presente requerimento da Assistente Administrativa Dina Paula Gonçalves Silva, datado de 2000.07.26, a solicitar autorização para frequentar o curso do C.E.F.A. – Centro de Estudos e Formação Autárquica. -----

-----Foi deliberado por unanimidade conceder a autorização solicitada. -----

1667.02 MARIA DO ROSÁRIO SILVA DUARTE CARVALHO: Presente requerimento da Auxiliar Administrativa Maria do Rosário Silva Duarte Carvalho, datado de 2000.07.26, a solicitar autorização para frequentar o curso do C.E.F.A. – Centro de Estudos e Formação Autárquica. -----

-----Foi deliberado por unanimidade conceder a autorização solicitada. -----

1668. PAVILHÃO DESPORTIVO MUNICIPAL: Presente proposta de alteração ao protocolo celebrado com as escolas E.B. 2,3 de Fernão do Pó e Secundária de Bombarral, para utilização do Pavilhão Desportivo Municipal com a seguinte alteração aos pontos 3.1.1 e 3.3 e a inclusão do ponto 4.7: - «3.1.1 – ceder uma arrecadação apropriada para cada uma das escolas de forma a estas guardarem aí os seus materiais;» «3.3 – solicitar a concordância de ambas as escolas, sempre que pretender ocupar o Pavilhão Municipal em tempo lectivo (2.ª a 6.ª das 08.30 às 18.30 horas);» «4.7 – A enviar ao primeiro outorgante até ao dia 30 do mês de Setembro, de cada ano lectivo, o calendário de ocupação do Pavilhão Municipal.» -----

-----Foi adiada a apreciação deste assunto para a próxima reunião.-----

1669. XIV FESTIVAL DO VINHO PORTUGUÊS: Apreciada a informação n.º 9/00-Certames, de 2000.08.21, foi deliberado por unanimidade autorizar a restituição à firma Filipe Santos Silva, da quantia de 15.000\$00 (quinze mil escudos) cobrada a mais no pagamento do terrado aquando do XIV Festival do Vinho Português – 1997.-----

ACTA N.º 41/2000 – Reunião pública e ordinária do dia 2000.09.04

DOCUMENTOS PARA CONHECIMENTO

1670. **1.º FESTIVAL T.T. DO OESTE:** Foi tomado conhecimento do fax da organização do 1.º Festival T.T. do Oeste a informar da alteração da data prevista para este evento que passa para os dias 3 e 4 de Fevereiro de 2001.-----
1671. **EX-MATADOURO:** Foi tomado conhecimento do ofício n.º 437/2000, de 2000.08.04 da Vão Arquitectos com o parecer sobre o ex-matadouro.-----
1672. **PROJECTO DE LUTA CONTRA A POBREZA:** Foi tomado conhecimento do ofício n.º 319 de 2000.08.24 do Ministério do Trabalho e da Solidariedade a informar que foi aprovado o projecto de desenvolvimento sócio-económico da freguesia de Carvalhal.-
1648. **HOTEL COMENDADOR:** Foi tomado conhecimento do teor de ofício da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Bombarral, a solicitar a tomada de medidas em relação ao funcionamento de um depósito de gás nas traseiras das instalações do Hotel Comendador.-----

EXTRA ORDEM DE TRABALHOS

1673. **ZONA INDUSTRIAL (PÓLO I) – HOSPIARTE – PERMUTA DE TERRENOS:** Presente a seguinte proposta do senhor presidente da Câmara: « Considerando a necessidade de compatibilizar e harmonizar os interesses das partes intervenientes nas permutas dos diversos lotes a seguir indicados: -----
- Câmara Municipal de Bombarral, titular do lote n.º 7; -----
 - DOMPLÁS, titular do lote n.º 2; -----
 - HOSPIARTE, titular do lote n.º 8 e 10; -----
 - Belmiro Marques, titular do lote n.º 4;-----
- Porque abordados os vários intervenientes todos se mostraram disponíveis e abertos em proceder de conformidade. -----
- Propõem-se: -----
- 1) Que a Câmara Municipal proprietária do lote n.º 7 e a firma DOMPLÁS proprietária do lote n.º 2 permutem entre si os respectivos lotes de terreno, passando a Câmara Municipal a ser dona do lote n.º 2 e a firma DOMPLÁS receba o lote n.º 7; -----
- Entretanto e consolidado que esteja o acto de permuta anteriormente referido, a Câmara Municipal trocará com a HOSPIARTE o seguinte:-----
- A Câmara Municipal cederá o lote n.º 2, e pequena faixa de terreno com a área de cerca de 210 m² que desanexará do seu prédio; e receberá da HOSPIARTE o lote n.º 10.-----
- Com a análise e posterior colocação em hasta pública do lote n.º 10 criam-se condições para dar satisfação à pretensão da firma Pombo & Ferreira.» -----
- Foi deliberado por unanimidade admitir a proposta supra transcrita. -----
- Foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta supra transcrita revogando a anterior deliberação tomada sobre a mesma matéria. -----
1674. **ESCLARECIMENTO:** Foi presente a seguinte proposta subscrita pelos senhores vereadores João Hipólito, Manuel Quintino, Amílcar Santos e José Vítor Silva: «vêm os signatários propor a publicação, em um quarto de página e encimado pelo braço / símbolo desta Câmara Municipal, do esclarecimento anexo nos jornais Notícias do Bombarral, Área Oeste, Badaladas, Frente Oeste, Jornal das Caldas, Gazeta das Caldas, Tribuna do Oeste, Jornal de Leiria, Região de Cister e Correio de Pombal.: ---
1. Em 9 de Fevereiro de 1998 esta Câmara Municipal aprovou, por maioria, a

ACTA N.º 41/2000 – Reunião pública e ordinária do dia 2000.09.04

criação de um segundo lugar de vereador em regime de permanência. Na altura houve, por parte do presidente da Câmara, o compromisso de não preencher o lugar antes de serem atribuídas novas competências à Câmara;-----

2. Até ao momento ainda não foram atribuídas quaisquer novas competências às Câmaras; -----

3. No entanto, após João Carlos Duarte ter terminado o seu mandato como deputado, Albuquerque Álvaro nomeia-o vereador em regime de permanência a partir de 10.11.1999, facto de que só dá conhecimento à Câmara em 29.11.1999; -----

4. Na reunião seguinte a ter tomado conhecimento a Câmara delibera anular o 2.º lugar de vereador em regime de permanência, contra a vontade do presidente, Luis Duarte e João Carlos Duarte;-----

5. É sabido que os 20 dias em que João Carlos Duarte esteve “em permanência” custaram à Câmara 784 contos; -----

6. O presidente e João Carlos Duarte interpuseram recurso desta deliberação da Câmara para o tribunal; -----

7. Na proposta de orçamento para 2000 o presidente da Câmara não incluiu qualquer verba para pagar a João Carlos como vereador em permanência; -----

8. Até ao momento não houve qualquer indicação do tribunal para a Câmara no sentido de repor João Carlos como vereador em permanência;-----

9. O vereador João Carlos Duarte tem procurado assumir-se como sendo “o vereador em regime de tempo inteiro” e, recentemente, cometeu a deselegância de se apresentar como tal nos catálogos do Festival do Vinho e Feira da Pêra Rocha; -----

10. Face ao exposto anteriormente, entendeu esta Câmara esclarecer os munícipes de que o único vereador em permanência é Luis Camilo Duarte e de que não devem ser consideradas sérias quaisquer referências de João Carlos Duarte como estando a tempo inteiro nesta instituição.” -----

-----Foi deliberado por maioria com os votos contra do senhor presidente da Câmara e do senhor vereador João Carlos Duarte e os votos favoráveis dos restantes membros do executivo admitir esta proposta a discussão. -----

-----Foi deliberado por maioria com os votos contra do senhor presidente da Câmara e dos senhores vereadores João Carlos Duarte e Luis Duarte e os votos favoráveis dos restantes membros do executivo aprovar a proposta supra transcrita. -

-----**DECLARAÇÃO DE VOTO:** O senhor vereador João Carlos Duarte declarou que “votei contra porque acho inaceitável e lamentável que a Câmara Municipal e os vereadores da oposição cheguem a um nível destes, como não bastasse todo o folclore que nos é dado todas as segundas-feiras nas reuniões de Câmara. Continua-se com atitudes e comportamentos que não dignificam em nada a política e os políticos e o concelho do Bombarral. Não é esta a minha forma de estar na política. Nunca me considerei um político mas sim alguém que está na política de passagem e para ajudar a resolver os problemas das populações. Comportamentos e atitudes destas são lamentáveis. Alguns dos aspectos aqui referenciados não se pautam pela verdade. Dois meros exemplos: as transferências de competências efectivamente passadas para as autarquias locais não só foram através de lei publicada em 1999, mas também este governo socialista tem transferido competências para as autarquias locais ao longo dos seus mandatos. Isto é sobejamente conhecido e quem é autarca

ACTA N.º 41/2000 – Reunião pública e ordinária do dia 2000.09.04

sabe que é verdade. Possuo em meu poder um documento dos serviços desta Câmara onde se pode verificar algumas das competências passadas para a administração local desde 1996 e até antes. Segundo – não saí de deputado e vim logo para a Câmara Municipal. O mandato terminou no início de Outubro e assumi funções só em 10 de Novembro. As verbas apresentadas de 784.000\$00 em que o vereador a tempo inteiro custou em Novembro são apresentadas de má fé porque no mês de Novembro toda a gente recebe o subsídio de Natal, mais estas verbas são apresentadas em bruto. Considero que ao ser apresentado publicamente esta verba recebida na totalidade pelo vereador a tempo inteiro o que é falso, é desvirtuador da verdade e iludir os munícipes. Assumi-me como vereador a tempo inteiro conforme despacho do senhor presidente da Câmara de 10.11.1999 e como tal tenho assumido essas funções até de uma forma muito discreta. Considero que num Estado de Direito democrático, as leis devem ser cumpridas e um dos seus pilares de um Estado democrático são os tribunais. Este processo está no tribunal Administrativo do Circulo de Coimbra aguardo serenamente a posição do mesmo. Constitui advogado ao qual paguei as expensas. Necessariamente se se sentem nervosos em relação à decisão do Tribunal é outro assunto. Se a posição lhes for desfavorável terão que assumir as vossas responsabilidades. O vosso advogado terá feito o melhor possível. Em relação ao último ponto a Câmara Municipal «esclarecer os munícipes de que o único vereador em permanência é Luis Camilo Duarte e de que não devem ser consideradas sérias quaisquer referências de João Carlos Duarte como estando a tempo inteiro nesta instituição», sou uma pessoa séria e não admito, não aceito e acho baixo e trôpego que alguém ponha em causa a minha seriedade já que nunca fui desleal com ninguém. Legalmente sou vereador a tempo inteiro e irei continuar a exercer as minhas funções na Câmara Municipal como o tenho feito desde o início de 2000. Sei que alguns vereadores ficaram preocupados com o sucesso do XVII Festival do Vinho e concerteza por essa razão estão nervosos. Considero que esta atitude é anti-democrática e faz parte de uma estratégia concertada no sentido de tentarem denegrir a minha imagem pública. Mas por muito que o tentem não o conseguirão. Não tenho medo de comparar o meu trabalho com nenhum deles. Os cidadãos conhecem-me e sabem que não sou nem invejoso nem frustrado. Só os fracos e incompetentes é que se enervam com o trabalho dos outros. Esse não é o meu estilo. Utilizarei todos os mecanismos legais para repor a verdade. Sei que alguns vereadores estão preocupados e aflitos no entanto o advogado por vós nomeado contactou o meu advogado no sentido deste aceder a assinar um requerimento a prorrogar o prazo estabelecido para apresentação de alegações. Aliás não se compreende como com tanto tempo se tente usar este tipo de situações. Aliás também sei que este requerimento apresentado pelo vosso advogado não foi aceite pelo Tribunal Administrativo do Circulo de Coimbra, tendo o mesmo após a ultrapassagem de todos os prazos recorrido para o Tribunal Administrativo Central. Isto justifica-se por este comportamento. Ainda bem que os partidos democráticos em Portugal chegaram a acordo no sentido de haver uma alteração da lei das autarquias locais para que autarcas eleitos não passem por situações idênticas à que se vive no Bombarral e no futuro não existam forças de bloqueio que travem o desenvolvimento do concelho e dêem cabo da imagem de quem é eleito. Se Deus quiser continuar a dar-me saúde,

ACTA N.º 41/2000 – Reunião pública e ordinária do dia 2000.09.04

vão ter de suportar o meu protagonismo e de todos os que como eu aqui no concelho e fora dele trabalham muito e conspiram pouco.”-----

PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA

DO SENHOR VEREADOR AMILCAR SANTOS: -----

- 1675. INTERVENÇÃO:** “Da reunião de hoje ficamos todos mais com a certeza de que o processo da empreitada da E.T.A. do Pó, não só enferma de muita confusão, como na recta final apresenta e desvenda as dúvidas que tem suscitado desde o início e relembro: adiantamento de 90 mil contos proposto e autorizado pelo presidente, seis meses depois o início da obra ainda não se tinha verificado; atitude do presidente, somente depois de pressionado pelo executivo é que se lembrou que o empreiteiro tinha de dar início à obra e lá oficializou a empresa, depois quando a empresa num processo conturbado precisou de terras para aterro, que provavelmente até estariam previstas em trabalhos que não foram feitos, a empresa com todo o ávontade propôs o custo daquele aterro como trabalhinhas a mais e lá se foram cerca de 2.500 contitos mais uma vez o presidente e na mesma data mandou colocar as terras do desaterro da obra do centro de saúde no aterro intermunicipal de Vale da Palha, não reparou ou esqueceu-se que as mesmas faziam falta no Pó, a Câmara teria economizado os tais 2.500 contos. Bem no decorrer da obra o presidente tentou por diversas vezes que um muro de betão que iria custar entre 50 a 60 mil contos, fosse feito para sustentar a estrada, argumentava então que não era uma despesa para a Câmara porque havia naquela empreitada muitos trabalhos a menos, felizmente o executivo não foi na cantiga, porque no local todos verificamos que camions de grande porte lá tinham circulado na execução da obra e a estrada manteve-se inalterada, sem problemas de deformação ou perigosidade no acesso à E.T.A.. Mas o mais grave deste imbróglio é o facto de antes do Verão o executivo em visita à obra ter verificado que nem um operário se encontrava a trabalhar na obra, sabendo-se que o prazo da empreitada tinha expirado em Fevereiro, depois de já consideradas as prorrogações concedidas à empresa ficamos extremamente preocupados por os interesses municipais decorrentes da legislação em vigor, estarem a ser lesados, assim como o abastecimento de água à população se encontrar comprometido logo no início do período de maior consumo, o Verão. Meus senhores o Verão já se foi, encontramos-nos em Setembro e quando pergunto ao presidente se a E.T.A. já se encontra em funcionamento responde como tem respondido, lateraliza e diverge por forma a evadir-se da responsabilidade de Fevereiro a esta parte não ter actuado, primeiro como presidente desta Câmara fazendo cumprir a legislação em vigor na estrita defesa dos interesses municipais, bem pior tem pactuado com a irregularidade contratual em que o empreiteiro se encontra, tudo isto tem decorrido de forma permissiva, sendo que o presidente não pode argumentar desconhecimento ou responsabilizar os serviços e técnicos, porque no decorrer dos últimos seis meses esta empreitada tem sido tratada nas suas sucessivas reuniões de Câmara. Assim perante a negligência do presidente demonstrada desde o início desta empreitada, nomeadamente pelo facto de não ter tomado medidas ou ter proposto ao executivo, iniciativas que visassem o estrito cumprimento da lei, com especial relevo para o regime jurídico das empreitadas de obras públicas a que esta empreitada se encontra sujeita. Nestas circunstâncias e perante os graves prejuízos financeiros decorrentes dos incumprimentos contratuais e

ACTA N.º 41/2000 – Reunião pública e ordinária do dia 2000.09.04

encargos acrescidos para o município na satisfação regular do abastecimento de água à sede do concelho, recomendo ao presidente que tome ou proponha uma iniciativa para a próxima reunião por forma a restabelecer o direito contratual daquela empreitada.”-----

-----**DEFESA DA HONRA:** O senhor presidente da Câmara declarou que: “a declaração do senhor vereador Amilcar Santos insere-se na toada daqueles que vem fazendo em ocasiões anteriores não deixa de ser curioso que repetidamente fale no adiantamento concedido quando todos nós temos conhecimento que sendo uma faculdade que a lei permite no caso das empreitadas quando justificados pelos empreiteiros. O vereador Amilcar Santos com quem apesar de tudo tenho tido alguma parcimónia, sabe perfeitamente que isso é admissível e possível e ele próprio utilizou esse mecanismo. Aquando da realização da última obra que efectuou para a Câmara. Apesar de toda a contenção por mim tida não posso deixar de dizer que não devemos misturar as nossas responsabilidades autárquicas com traumas ou resquícios de algumas situações. Por outro lado tenho com alguma comodidade comportamentos em termos de intervenções para provar que independentemente do percurso numa coisa estamos juntos: é uma responsabilidade que assumimos perante o concelho e na nossa actuação a sobriedade e também o respeito que devemos tributar neste exercício uns aos outros devem ser um elemento mais elevado que deveremos colocar na nossa actuação. O vereador Amilcar Santos sempre tem usado esse comportamento, ele lá sabe porquê. Tenho a certeza que a continuação do desempenho desta responsabilidade possa ainda transmitir-lhe um tempero de compenetração e de análise da profundidade das nossas responsabilidades, é que não está em causa nem o meu futuro como presidente da Câmara mas sim a resolução dos problemas que o concelho ainda tem e as obras e projectos têm que ser levados a cabo e sobretudo o que está em causa é o futuro daqueles que mais novos do que eu têm naturais ambições no que por seu descuido de apreciação pôs de parte e não afecta seriamente no património da realização da Câmara ou melhor da força política que maioritariamente foi eleita. Termino dizendo que aqueles que vão ter a responsabilidade de continuar a obra do P.S.D. no Bombarral e se verdadeiramente quiserem dar continuidade à realização que fomos capazes de desenvolver pois só a resolução dos problemas da sociedade bombarralense de que fazemos parte podem ser valorizados pela naturalidade dos nossos actos e já agora e a respeito da E.T.A. do Pó temos como património o culminar com êxito de uma justa luta em que contamos com a solidariedade da A.M.O., da C.C.R.L.V.T. – Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo e porque não dizê-lo do sua excelência o senhor Secretário de Estado e o vice-presidente do INAG – Instituto Nacional da Água..” -----

ATENDIMENTO DO PÚBLICO

- 1676. MOITA BOA:** Presente o senhor Joaquim Nascimento Fonseca, acompanhado de mais três residentes no lugar da Moita Boa, freguesia de Bombarral, solicitaram o alcatroamento da estrada que serve aquele povoado, bem como a colocação de lâmpadas nos postes eléctricos e a automatização da passagem de nível do Camarão.

-----O senhor presidente da Câmara respondeu ter reunido hoje com responsáveis do centro de massas asfálticas, estando assente o respectivo fornecimento a partir de

ACTA N.º 41/2000 – Reunião pública e ordinária do dia 2000.09.04

segunda feira. Quanto à passagem de nível do Camarão pediu à REFER para equacionar a sua automatização.-----

-----O senhor vereador Luis Duarte chamou a atenção de que no plano de alcatroamentos faltam compromissos assumidos com as populações, nomeadamente a estrada Barrocalvo / Casal do Queijo / Casal Cigano e a estrada Pó / Amoreira. Questionou o senhor Chefe da D.T.O.U. sobre se a Câmara Municipal tem a possibilidade de executar as obras previstas com os meios humanos e materiais de que dispõem. -----

-----O senhor Chefe da D.T.O.U. respondeu ter dúvidas que tal seja possível. -----

- 1677. LUIS DUARTE LOPES:** Presente o senhor Luis Duarte Lopes, solicitou esclarecimentos sobre quando é que lhe vão ser pagos os autos de trabalhos a mais num montante de cerca de 2.700 contos em atraso há 3 anos, porque considera já ter passado tempo suficiente para se estudar uma solução. -----

-----O senhor presidente da Câmara respondeu que o facto do arranjo da Rua Júlio Tornelli ter sido executado considerando o projecto base posto a concurso, levou a um certo descontrolo em termos de trabalhos a mais. É público que naquela obra há uma quantidade de trabalhos a mais. A partir do momento em que se verificou o descontrolo e enquanto a entidade de tutela não teve conhecimento a folga da autarquia era maior, neste momento a sua execução é mais melindrosa. Não havendo nenhuma receita mágica tem que se ver como é que se pode pagar ao empresário. ---

-----O senhor vereador João Hipólito, em face da intervenção do senhor Luis Duarte Lopes e das explicações do senhor presidente da Câmara, solicitou ao senhor Chefe da D.T.O.U. uma informação sucinta sobre este problema. -----

- 1678. JOSÉ MONTEIRO:** Presente o senhor José Monteiro, residente no lugar de São Mamede, pediu que a Câmara Municipal aumente a frequência da limpeza dos caixotes do lixo que quando são despejados ficam piores do que quando estão cheios. Alertou para o excesso de velocidade com que as viaturas automóveis circulam naquela povoação e para o facto de ter sido impedido de enviar um e-mail na biblioteca municipal.-----

-----O senhor vereador Luis Duarte respondeu que estão a ser feitas 7 lavagens e desinfecções dos contentores, tendo a última sido efectuada em Julho. Considerou que infelizmente as pessoas utilizam os contentores não só para o lixo doméstico mas para a colocação de todo o tipo de lixo. Neste momento a Câmara Municipal está a preparar-se para aprovar a concessão da prestação de serviço de limpeza e desinfecção dos contentores a uma empresa privada. Em relação à questão da biblioteca municipal disse ser a primeira vez que está a ouvir que ali não se permite o envio de e-mails. -----

-----O senhor presidente da Câmara disse que a Câmara Municipal tem vindo a pressionar para a colocação de sinalização limitadora de velocidade em São Mamede, tendo sido informado que já foi aberto concurso. -----

- 1679. GUSTAVO FELIZ MIL-HOMENS:** Presente o senhor Feliz Gustavo Mil-Homens, chamou mais uma vez a atenção para a situação de um muro ilegal na urbanização Vale da Várzea, propriedade do senhor José António. O projecto foi reprovado em Junho e em Setembro o muro ainda não foi demolido. Quer saber se a Câmara

ACTA N.º 41/2000 – Reunião pública e ordinária do dia 2000.09.04

Municipal não tem máquinas para escavar o muro ou se é ele quem tem de escavar o muro.-----

-----Nada mais havendo a tratar pelas 23.40 horas, foi a reunião encerrada e lavrada a presente acta, que depois de lida e achada conforme vai ser devidamente assinada nos termos do n.º 2 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, pelo presidente do órgão e pelo funcionário municipal que lavrou a acta. -----

O Presidente da Câmara:

O Funcionário: